

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS**

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**

2017

**DENOMINAÇÃO** ATI - Amigos da Terceira Idade

**MORADA** Avenida Dr. Fernando Aroso

**N. 355 ANDAR LOCALIDADE** Leça da Palmeira

**FREGUESIA** Leça da Palmeira

**CONCELHO** Matosinhos

**COD. POSTAL** 4451 - 801

EM \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIRECÇÃO:**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:**

~~20. Março 2018~~ ~~24 Março 2018~~

**ASSINATURAS:**

*João Branco Reis de Jesus*  
*Joana Ferreira de Sousa*  
*Joana Ferreira de Sousa*

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

*Carla Luísa Dias Sampaio Rocha*

ATE AMIGOS TERCEIRA IDADE  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 501648950  
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	10 750,73	13 344,51
Investimentos financeiros	10.1	47,15	15,81
		10 797,88	13 360,32
Activo corrente			
Inventários	5	636,31	893,41
Créditos a receber	10.2	161,87	322,56
Estado e outros entes públicos	10.7	911,87	2 467,52
Diferimentos	10.3	1 792,35	3 510,46
Outros ativos correntes	10.8	0,00	350,55
Caixa e depósitos bancários	10.4	34 485,37	24 716,60
		37 987,77	32 261,10
<b>Total do ativo</b>		<b>48 785,65</b>	<b>45 621,42</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	12 343,63	12 343,63
Resultados transitados	10.5	-1 520,34	4 351,25
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		8 214,47	11 865,35
		19 037,76	28 560,23
Resultado líquido do período		4 826,82	-5 871,59
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>23 864,58</b>	<b>22 688,64</b>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	3 051,71	1 910,64
Estado e outros entes públicos	10.7	2 635,69	3 333,06
Outros passivos correntes	10.9	19 233,67	17 689,08
		24 921,07	22 932,78
<b>Total do passivo</b>		<b>24 921,07</b>	<b>22 932,78</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>48 785,65</b>	<b>45 621,42</b>

A Direcção

O responsável

*Joel Augusto Mendes de C.*  
*Cláudia Ferreira de Carvalho*  
*Maria Fernanda Feresinho*

*[Assinatura]*  
17/06

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	6	110 569,20	116 259,88
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	113 852,34	110 683,38
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-43 371,84	-45 371,89
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-50 603,37	-59 533,31
Gastos com o pessoal	8	-124 550,82	-127 494,32
Aumentos/reduções de justo valor	10.15	0,00	-0,02
Outros rendimentos	10.12	3 684,20	4 084,70
Outros gastos	10.13	-363,96	-350,41
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>9 215,75</b>	<b>-1 722,01</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-4 388,93	-4 149,58
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4 826,82</b>	<b>-5 871,59</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>4 826,82</b>	<b>-5 871,59</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4 826,82</b>	<b>-5 871,59</b>

A Direcção

*João Glória Nunes da Silva*  
*Luís Pereira de Sousa*  
*Maria Fernanda Telo*

O responsável

*[Assinatura]*  
 02/12/2017

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		95 662,77	93 164,17
Pagamentos a fornecedores		-117 480,91	-106 915,14
Pagamentos ao pessoal		-80 870,16	-84 695,49
Caixa gerada pelas operações		-102 688,30	-98 446,46
Outros recebimentos/pagamentos		113 727,20	93 464,21
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		11 038,90	-4 982,15
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1 980,30	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		33,32	333,68
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 946,98	333,68
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		676,85	575,64
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		676,85	575,64
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		9 768,77	-4 017,93
Caixa e seus equivalentes no início do período		24 716,60	28 734,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34 485,37	24 716,60

A Direcção

*João Gláudio dos Santos*  
*Luís Augusto da Costa*  
*Maria Fernanda Loureiro*

O Responsável

*[Assinatura]*  
 14/12/17

**A.T.I. – AMIGOS DA TERCEIRA  
IDADE**

**Anexo às demonstrações financeiras de 2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	8
5	Inventários .....	8
6	Rédito .....	9
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	9
8	Benefícios dos empregados .....	9
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	10
10	Outras Informações .....	10
10.1	Investimentos Financeiros .....	10
10.2	Créditos a receber.....	10
10.3	Diferimentos .....	11
10.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	11
10.5	Fundos Patrimoniais .....	11
10.6	Fornecedores .....	11
10.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	12
10.8	Outros ativos correntes .....	12
10.9	Outros passivos correntes .....	12
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração.....	12
10.11	Fornecimentos e serviços externos .....	13
10.12	Outros rendimentos e ganhos .....	13
10.13	Outros gastos e perdas .....	13
10.14	Resultados Financeiros .....	13
10.15	Aumentos/reduções de justo valor .....	14
10.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	14
10.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	14

## **1 Identificação da Entidade**

A Associação A.T.I. - AMIGOS TERCEIRA IDADE é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 287, Série III, com sede na Avenida Dr. Fernando Aroso, 355 – Apartado 3074, 4451 – 801 Leça da Palmeira. Tem como principal objetivo:

- O apoio à terceira idade da freguesia de Leça da Palmeira, através da criação e manutenção de um centro de dia, centro de convívio e do apoio domiciliário.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

### 3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

### 3.2.3 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e Outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.6 imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Equipamento Básico	100 119,73				100 119,73
Equipamento de Transporte	40 348,30				40 348,30
Equipamento Administrativo	10 905,34	1 795,15			12 700,49
<b>Activo Tangível Bruto</b>	<b>151 373,37</b>	<b>1 795,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>153 168,52</b>
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	99 455,28	254,90			99 710,18
Equipamento de Transporte	28 405,93	3 674,58			32 080,51
Equipamento Administrativo	10 167,65	459,45			10 627,10
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>138 028,86</b>	<b>4 388,93</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142 417,79</b>
<b>Activo Tangível Líquido</b>	<b>13 344,51</b>	<b>-2 593,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 750,73</b>

## 5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	636,31	893,41
<b>Total</b>	<b>636,31</b>	<b>893,41</b>

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	893,41	1301,36
Compras	33 485,31	37 185,48
Doações	9 629,43	7 778,46
Saldo Final	636,31	893,41
<b>Gastos do Período</b>	<b>43 371,84</b>	<b>45 371,89</b>

**6 Rédito**

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	31-12-2017	31-12-2016
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>110 569,20</b>	<b>116 259,88</b>
Quotas do Utilizadores	87 551,85	88 891,58
Quotas e Jóias	11 075,00	11 930,00
Bufete	11 942,35	15 438,30
Juros	33,32	388,68
Depósitos Bancários	33,32	388,68
<b>Total</b>	<b>110 602,52</b>	<b>116 648,56</b>

**7 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRÇÃO	2017			2016			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			89 129,52			87 294,48
Câmara Municipal Matosinhos	Não Reembolsável	8 214,47		3 650,88	11 865,35		3 650,88
Câmara Municipal Matosinhos	Não Reembolsável			10 732,84			8 232,84
IEFP	Não Reembolsável			3 303,80			6 801,96
<b>Total</b>		<b>8 214,47</b>	<b>0,00</b>	<b>106 817,04</b>	<b>11 865,35</b>	<b>0,00</b>	<b>105 980,16</b>

**8 Benefícios dos empregados**

O número de membros dos órgãos sociais em 2017 foi de 19 e em 2016 foi de 18. Em Janeiro de 2017 tomaram posse novos elementos ficando a Direção constituída por 12 elementos, o Conselho Fiscal por 4 elementos e a Assembleia Geral por 3.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 10 e em 2016 foi de 11.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Remunerações ao pessoal	94 087,03	99 033,17
Indemnizações	0,00	85,46
Encargos sobre as Remunerações	20 840,25	21 573,39
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 520,05	3 065,29
Outros Gastos com o Pessoal	782,96	464,5
IEFP	5 320,53	3 272,51
<b>Total</b>	<b>124 550,82</b>	<b>127 494,32</b>

## 9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	47,15	15,81
<b>Total</b>	<b>47,15</b>	<b>15,81</b>

### 10.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	161,87	322,56
<b>Total</b>	<b>161,87</b>	<b>322,56</b>

**10.3 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguro Acidentes Trabalho	1 265,39	1 311,52
Outros Seguros	526,96	513,42
Outras despesas	0,00	1 685,52
<b>Total</b>	<b>1 792,35</b>	<b>3 510,46</b>

**10.4 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa e Depósitos bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	257,02	292,64
Depósitos à Ordem	14 168,37	4 397,30
Depósitos a Prazo	20 059,98	20 026,66
<b>Total</b>	<b>34 485,37</b>	<b>24 716,60</b>

**10.5 Fundos Patrimoniais**

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12 343,63			12 343,63
Resultados Transitados	4 351,25		5 871,59	-1 520,34
Outras variações nos fundos patrimoniais	11 865,35		3 650,88	8 214,47
<b>Total</b>	<b>28 560,23</b>	<b>0,00</b>	<b>9 522,47</b>	<b>19 037,76</b>

**10.6 Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Fornecedores c/c</b>		
Fornecedores	3 051,71	1 910,64
<b>Total</b>	<b>3 051,71</b>	<b>1 910,64</b>

### 10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Activo</b>		
IVA - A Recuperar	911,87	2 467,52
<b>Total</b>	<b>911,87</b>	<b>2 467,52</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na Fonte - IRS	482,00	570,00
Segurança Social	2 147,67	2 762,30
Fundos Compensação	6,02	0,76
<b>Total</b>	<b>2 635,69</b>	<b>3 333,06</b>

### 10.8 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Fornecedores</b>		
Adiantamento a fornecedores	0,00	350,55
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>350,55</b>

### 10.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Credores por Acréscimo de Gastos</b>		
Remunerações a Liquidar	19 034,82	17 314,00
Outras Despesas Diferidas	198,85	375,08
<b>Outros Credores</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>19 233,67</b>	<b>17 689,08</b>

### 10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	103 166,16	102 329,28
Doações e heranças	10 686,18	8 354,10
<b>Total</b>	<b>113 852,34</b>	<b>110 683,38</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

A rubrica "doações e heranças" engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar e donativos monetários.



**10.11 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	13 230,29	20 370,00
Materiais	2 602,34	1 724,81
Energia e fluidos	9 843,53	9 751,70
Deslocações, estadas e transportes	126,8	534,75
Serviços diversos	24 796,44	27 121,79
Encargos com os Utentes	3,97	30,28
<b>Total</b>	<b>50 603,37</b>	<b>59 533,33</b>

**10.12 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	0,00	35,04
Outros Rendimentos e Ganhos	3650,88	3660,98
Juros Obtidos	33,32	388,68
<b>Total</b>	<b>3 684,20</b>	<b>4 084,70</b>

**10.13 Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,68	7,85
Outros Gastos e Perdas	363,28	342,56
<b>Total</b>	<b>363,96</b>	<b>350,41</b>

**10.14 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	33,32	388,68
<b>Total</b>	<b>33,32</b>	<b>388,68</b>

**10.15 Aumentos/reduções de justo valor**

A rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Perdas por reduções de justo valor		
Em investimentos financeiros - FCT	0,00	0,02
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,02</b>

**10.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

A entidade tem as valências instaladas em dois edifícios. O edifício sede é cedido pela Junta de Freguesia Matosinhos e Leça da Palmeira e um outro designado por ATI Monte Espinho é cedido pela Câmara Municipal de Matosinhos. Os custos relativos à eletricidade, gás e água que a entidade tem, no edifício cedido pela Junta de Freguesia, são suportados por essa mesma entidade e a instituição não tem qualquer encargo com a cedência do espaço. Relativamente ao edifício designado por ATI Monte de Espinho a Câmara atribui um subsídio destinado a assegurar o pagamento da renda anual.

O número médio de utentes por valência, durante o ano de 2016, foi o seguinte:

- Centro de Convívio: 40
- Centro de Dia: 20
- Serviço de Apoio Domiciliário: 20

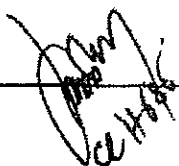
**10.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

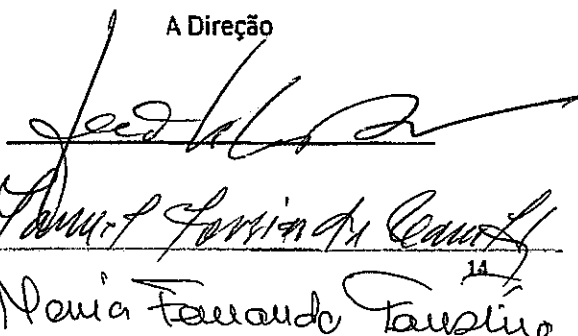
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça da Palmeira, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção



Nomeia Fernando Faustino